

**EDITAL Nº 001/2010**

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA de Balneário Camboriú no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.033/91, torna público que estará disponibilizando recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente FMDCA, para a execução de programa de apoio sócio-familiar, destinado ao atendimento de famílias de crianças e adolescentes em conflito, encaminhados pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário, cujo programa atenda aos seguintes requisitos:

**1-APRESENTAÇÃO**

O projeto, acompanhado do plano de trabalho, deverá ser apresentado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo as páginas serem numeradas sequencialmente, rubricadas e assinadas pelo responsável técnico e presidente da Entidade, devendo ainda, ser informado o espaço físico em que será executado o programa.

**2-REQUISITOS ELIMINATÓRIOS**

- 2.1. a)** As Entidades não-governamentais deverão apresentar o tempo de no mínimo de 1 (um) ano de Registro no CMDCA;
- b)** As Entidades não-governamentais deverão estar com os programas Inscritos no CMDCA e em execução;

**3-ENCAMINHAMENTO**

Os projetos deverão ser Protocolados na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social na Rua 2000, n.º 1380, Bairro Centro, Balneário Camboriú, no horário das 13h. às 18h., endereçados à Presidente do CMDCA.

**4- OBJETIVO**

Disponibilizar recursos para o desenvolvimento de programa de atendimento sócio-familiar, previsto no artigo 90, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) destinado ao atendimento de Crianças e Adolescentes em seu contexto familiar, sob ameaça ou violação de direitos, de forma a fortalecer os vínculos familiares, comunitários e sociais.

**5-PÚBLICO ALVO**

- 5.1** Crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, que sofram risco de abrigo, em virtude do expressivo conflito familiar, juntamente com suas respectivas famílias.
- 5.2** Famílias vulnerabilizadas que percebam e sinalizem o desejo de superar seus conflitos, aceitando o apoio (família de origem, família acolhedora, extensa ou da comunidade), e que tenham em sua composição, crianças e/ou adolescentes em situação de risco.
- 5.3** Média de atendimento de 100 (cem) famílias mês.

**6-ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO**

em grupo);  
familiar;

## **6.5 Trabalho em rede e parcerias.**

## **7-EQUIPE TÉCNICA**

**7.1** O projeto para a execução do programa deve obrigatoriamente possuir no mínimo a seguinte equipe profissional:

- a)** 1 (um) coordenador técnico;
- b)** 5 (cinco) psicólogos;
- c)** 3 (três) assistentes sociais;
- d)** 1 (um) pedagogo;
- e)** 1 (um) advogado;
- f)** 1 (um) auxiliar administrativo.

**7.2** O projeto deverá apresentar os nomes dos profissionais que irão executar o programa, detalhando a remuneração de cada um.

## **8-AVALIAÇÃO DOS PROJETOS**

**8.1** Os projetos serão avaliados por uma comissão específica, composta por Conselheiros governamentais e não-governamentais, sendo que estes devem ser representantes de entidades que não recebam recursos do FMDCA do CMDCA, designados para este fim, conforme os critérios relacionados no item abaixo;

**8.2** Serão considerados os seguintes critérios:

- a)** Conformidade com os princípios basilares do ECA;
- b)** Foco, diretrizes, objetivos, público alvo, estratégias de atendimento;
- c)** Articulação do Projeto com a rede de atendimento (parcerias na execução);
- d)** Mérito (intencionalidade do projeto);
- e)** Relevância (importância do projeto perante a realidade local);
- f)** Impacto social (transformações a que se propõe realizar);
- g)** Viabilidade técnica e financeira.
- h)** Experiência e titulação da equipe técnica.

## **9- CONVENIAMENTO DO PROJETO**

**9.1** O convênio será assinado entre o Município de Balneário Camboriú, com a interveniência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e a Entidade proponente, de acordo com o que determina a legislação vigente, impreterivelmente nos prazos estabelecidos no cronograma.

**9.2** O Convênio a ser celebrado com a entidade proponente terá seu término no dia 31 de dezembro de 2010.

**9.3** Considerando a exiguidade de prazos, os documentos para conveniamento, devem vir anexados ao projeto apresentado, e emitidos a partir de janeiro de 2010, sendo os seguintes:

- a)** Atestado de funcionamento expedido por autoridade pública;
- b)** Cópia da ata da eleição ou documento comprobatório da diretoria em exercício, autenticado;
- c)** Cópia do estatuto da entidade, registrado em Cartório do Registro Civil da Pessoa Jurídica, na forma da lei, com a identificação do Cartório em todas as folhas e transcrição dos dados de registro no próprio documento ou em certidão;
- d)** Cópia do documento de inscrição no CNPJ, atualizado;

a administração pública municipal, estadual e federal,  
municipal, estadual ou da União (quando possuir);  
escritura pública de criação registrada em Cartório de  
Registro Civil de pessoas jurídicas;

## **10-CRONOGRAMA**

Ficam estabelecidos os seguintes prazos:

- a)** 11 de janeiro de 2010 a 10 de fevereiro de 2010 – Protocolo dos projetos na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, endereçados à Presidente do CMDCA;
- b)** 11 a 12 de fevereiro de 2010 – Análise, julgamento dos projetos;
- c)** 17 de fevereiro de 2010 – Entrega dos resultados da análise dos projetos às Entidades;
- d)** 19 de fevereiro de 2010 – Devolução ao CMDCA, dos Projetos pelas Entidades, contendo os devidos ajustes;
- e)** 22 de fevereiro de 2010 – Encaminhamento do projeto aprovado para o conveniamento;

## **11-PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**11.1** Deverá obedecer às normas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA e do TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Município de Balneário Camboriú.

**11.2** Deverá ser enviado mensalmente relatório dos atendimentos durante toda a execução do projeto, dirigido ao CMDCA.

## **12- INFORMAÇÕES GERAIS**

**12.1** Os prazos aqui estabelecidos são improrrogáveis e o descumprimento das regras definidas neste Edital gerará a exclusão do projeto.

**12.2** Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social – Fone 3363-2745.

Balneário Camboriú, 11 de janeiro de 2010.

**Eliane Romiu**  
**Presidente do CMDCA**